



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Gabinete Deputado Homero Castelo Branco

Projeto de Lei n.º 037 / 2005

Teresina (PI), 28 de abril de 2005.

LIDO NO EXPEDIENTE

Em: 03 / 05 / 05
[Assinatura]



**Reconhece de utilidade pública a
"Fundação Educativa e Cultural
"Catarino Varjão" – Picos - PI.**

O Governador do Estado do Piauí;

Faço saber que o Poder Legislativo do Estado do Piauí
decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É reconhecida de utilidade pública a
"Fundação Educativa e Cultural "Catarino Varjão" com sede e
foro na cidade de Picos - PI.

Art. 2º - Ficam assegurados os direitos e vantagens da
Legislação vigente à entidade de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário a
presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Seções da Assembleia Legislativa do Estado
do Piauí, Teresina (PI), 03 de Maio de 2005.

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais
Encaminha-se a Protocolo

[Assinatura]
HOMERO CASTELO BRANCO
Deputado Estadual

[Assinatura]
Rênia D. Eulálio Carvacho
Diretora Legislativa

Orgão	AL
Nº	916/05
Data	04-05-05
Proj. de Lei	037/05
Matrícula	
Relatório	<i>[Assinatura]</i>
Matrícula	



JUSTIFICATIVA

A "**Fundação Educativa e Cultural Catarino Varjão**" é uma entidade civil sem fins lucrativos, que objetiva promover e incentivar a educação e a cultura, a preservação do meio ambiente, prestar serviços de natureza social junto às comunidades carentes do município; promover a comunicação através de serviços de radiodifusão comunitária; colaborar e promover eventos esportivos, assim como manter jornal escrito de interesse da comunidade local.

Muitas das fundações fazem parte, do chamado terceiro setor, aquele que é voltado para suprir a carência da administração pública no que diz respeito ao atendimento comunitário principalmente dos mais necessitados.

A proposta da fundação não é substituir a presença governamental, mas dinamizar o atendimento para aqueles que tem dificuldades de acesso aos meios culturais, educacionais, saúde, produção e renda.

O reconhecimento de utilidade pública e os conseqüentes benefícios legais facilitarão a implementação de convênios com entidades que tenham por objetivos fomentar atividades produtivas e sociais que visem a melhoria das condições sociais da comunidade do Município de Picos, Estado do Piauí.

O presente Projeto visa tornar aquela Fundação apta a se beneficiar dos direitos e vantagens da legislação vigente.

HOMERO CASTELO BRANCO
Deputado Estadual




ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DGPC/DPI/3ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DO 2º DISTRITO POLICIAL DE PICOS-PI.
AV. DEP. SÁ URTIGA Nº955, BOMBA - F:89-422-6443



DECLARAÇÃO

Eu, Abelardo José de Oliveira, Escrivão de Polícia Civil 1ª classe, respondendo como Delegado de Polícia do 2º DP de Picos-PI, mat. 042138-3, portador da cédula de identidade nº465.846-SSP/PI e do CPF-228.115.593-53, residente e domiciliado na rua José Tibúrcio nº195, bairro Junco, desta cidade, **DECLARO** para os devidos fins de direito e a quem possa se interessar que a **FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL CATARINO VARJÃO, CNPJ-06.285.405/0001-08**, localizada na Av. Dep. Francisca Trindade s/nº, bairro Morada do Sol, desta, é uma instituição idônea, sendo sua diretoria legalmente constituída e registrada em cartório conforme documentos nos apresentados.

Picos(PI), 13 de abril de 2005.


Abelardo José de Oliveira
Delegado de Polícia Civil
Mat. 042138-3

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS

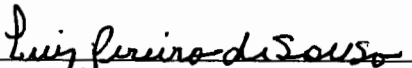
CNPJ Nº 351.264.65/0001-78

**AVENIDA DEPUTADO SÁ URTIGA, 1000 SÃO JOSÉ
CEP 64.600-000 TELEFONE 89 422 2230 PICOS - PIAUI**

DECLARAÇÃO

Eu **LUIS PEREIRA DE SOUSA**, Pastor, Idt nº 200.148- SSP/PI, CPF 065.779.703-00, residente na Avenida Deputado Sá Urtiga, 1000, Bairro São José, nesta cidade, **DECLARO** a quem interessar que a **Fundação Educativa e Cultural Catarino Varjão** é uma instituição idônea, com Diretoria legalmente constituída e registrada em cartório conforme Certidão expedida pelo Cartório do 1º Ofício sob o nº 3.583, em 02 de junho de 2004.

Picos-PI, 11 de Abril de 2005


Luis Pereira de Sousa
PASTOR DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS



54
08
71

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CURADORIA DE FUNDAÇÕES
Rua Álvaro Mendes, 2294, 2º andar, Centro
Telefone – 222-5570

**Requerente: FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL
CATARINO VARJÃO**

**Requerido: Procuradoria Geral de Justiça
Curadoria de Fundações**


Ato nº01 /04-CF

JOSÉ ULISSES DE SOUSA, brasileiro, casado, cearense, funcionário público federal, residente e domiciliado na Rua Frei Caneca, nº 5341, bairro Jardim Natal – Picos –PI, RG nº 101060964-0/M.DEF/EXÉRCITO BRASILEIRO e CPF nº 195.684.103-25, na qualidade de Presidente da FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL CATARINO VARJÃO, com sede na Avenida Deputada Francisca Trindade, S/N, bairro Morada do Sol, Picos-PI, submeteu à aprovação do Ministério Público o Estatuto da sobredita entidade, em obediência ao disposto na Legislação pertinente.

Foram anexados juntamente com o requerimento inicial, os Estatutos da Fundação, Ata da Assembleia de Criação, ata de posse da Diretoria, estudo de viabilidade e relação discriminada dos bens que constituem o patrimônio da supracitada instituição.

Conforme arts. 62 a 69 do Código Civil Pátrio, para criação de uma Fundação o instituidor deverá fazê-lo por escritura pública ou testamento, com dotação especial dos bens que perfarão o patrimônio da entidade, especificando a finalidade a que se destina, devendo a mesma ser lícita, e aprovada por autoridade competente. É competente para tal, o Ministério Público, a teor dos Arts. 1.199 e seguintes do CPC. É facultado ao instituidor declarar a maneira de administrá-la.

No caso em análise, a Fundação mencionada, tem por finalidade:

- a) realizar e divulgar programas sociais de interesse das comunidades carentes da região, especialmente idosos, crianças, grupos de mães, deficientes físicos, população de baixa renda e outros;
 - b) criar, manter e administrar atividades de programas de serviços culturais e educacionais, através de canais próprios de radiodifusão cultural e educativa, sem finalidades comerciais, tendo sempre como objetivo prioritário os interesses comunitários, especialmente aqueles elencados na alínea anterior;
 - c) executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, atendendo os objetivos de implantação de serviços comunitários, informativos e de programas de interesse da comunidade;
 - d) promover iniciativas e campanhas de cunho social-beneficente com colaboração de entidades de programação e assistência social;
- 



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CURADORIA DE FUNDAÇÕES
Rua Álvaro Mendes, 2294, 2º andar, Centro
Telefone – 222-5570

56
37

08

- e) fundar e/ou manter e administrar entidades, obras de serviço cultural, centros de cultura, museus, bibliotecas e centro de lazer, incentivando a expansão da cultura, arte e educação;
- f) incentivar a fundação de creches, bem como cursos e escolas de todos os graus e, ainda, instituir e conceder bolsas de estudos-estágios;
- g) instituir cursos de formação profissional nas diversas áreas da radiodifusão, utilizando-se das instalações da fundação.
- h) patrocinar e divulgar eventos culturais, como exposições, festivais de artes, espetáculos folclóricos sem fins lucrativos;
- i) preservar o folclore e as tradições populares da região, bem como patrocinar os espetáculos folclóricos sem fins lucrativos;
- j) estabelecer contratos com emissoras de radiodifusão com o propósito de produzir programas culturais, informativos e educativos;
- k) imprimir revistas, livros e jornais para o apoio e divulgação de suas atividades;
- l) estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em todas as áreas do conhecimento e da cultura;
- m) prestar serviços a terceiros, sempre tendo em vista os objetivos e finalidade da fundação;
- n) produzir, vender e distribuir livros, cadernos, revistas, monografias, filmes, vídeo e áudio-cassetes, discos, cd's e teses que versem sobre a cultura, educação, desporto e ação comunitária.

Com relação ao patrimônio da FUNDAÇÃO é constituído da dotação inicial de R\$ 50.834,24 (cinquenta mil reais, oitocentos e trinta e quatro reais, vinte e quatro centavos) e os bens



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CURADORIA DE FUNDAÇÕES
Rua Álvaro Mendes, 2294, 2º andar, Centro
Telefone – 222-5570

56
271

09

relacionados à fl.42, devidamente avaliados e comprovados por notas fiscais.

Assim sendo, entendo que restaram cumpridos os requisitos exigidos em lei, razão porque opino pela aprovação do **Estatuto da Fundação EDUCATIVA E CULTURAL CATARINO VARJÃO**, devendo ser lavrada no Cartório de Registro de Imóveis o registro da Escritura Pública competente

Teresina, 17 de fevereiro 2004.

Dr. JOSÉ REINALDO LEÃO COELHO
Curador de Fundações

**ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA FUNDAÇÃO
EDUCATIVA E CULTURAL CATARINO VARJÃO NO MUNICÍPIO
DE PICOS - PI**

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às dezessete horas, na sede provisória da Fundação Educativa e Cultural Catarino Varjão, localizada na Avenida Transamazônica, 1000, bairro Bomba, no município de Picos - Pi, reuniram-se membros da instituição fundadora da Fundação, com o objetivo de promover eleição para compor os Conselhos gestores da Fundação Educativa e Cultural Catarino Varjão que terão mandato de três anos a partir da data de aprovação do Estatuto a ser feito pelo Ministério Público Estadual da Comarca de Picos - PI e conseqüente registro no Cartório competente. Foi escolhido para presidir os trabalhos o senhor JOSÉ ULISSES DE SOUSA que, aceitando a incumbência, convidou a mim, MARTINHO FERREIRA BORGES para secretariar os trabalhos e, em seguida, realizou-se a eleição ficando distribuídos os cargos gestores da seguinte forma: **Diretor Presidente** - José Ulisses de Sousa, **Vice-Presidente** - Raimundo Mendes de Sousa, **Diretor Financeiro** - Luizete Pereira de Sousa, **Diretor Administrativo** - Martinho Ferreira Borges, **Conselho de Curadores** - Edilberto Cardoso da Silva, Eliese Eleutério da Silva e Pauliram Rodrigues da Costa, o **Conselho Consultivo**, por possuir número ilimitado de membros, será nomeado pelo Conselho de Curadores oportunamente, o **Conselho Diretor** é órgão composto pelo Diretor Presidente, Vice-Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Administrativo e, finalmente, para o **Conselho de Programação** foram eleitos José Ulisses de Sousa, Izaqueu João do Nascimento e Luciano Barbosa do Nascimento. Os eleitos foram imediatamente apossados e convocados para discussão do projeto do Estatuto que regerá a Fundação, tendo sido o mesmo

**ATA DE CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL
CATARINO VARJÃO NO MUNICÍPIO DE PICOS - PI**

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano de dois mil e três, às dezesseis horas e trinta minutos, na sede provisória da Fundação Educativa e Cultural Catarino Varjão, localizada na Avenida Transamazônica, 1000, bairro Bomba, no município de Picos - PI, reuniram-se de livre e espontânea vontade membros da instituição fundadora da Fundação, com o objetivo de constituir uma Fundação para fins culturais, educacionais e tecnológicos, sem fins lucrativos, na cidade de Picos - PI. Foi aclamado para presidir a Assembléia o senhor JOSÉ ULISSES DE SOUSA que, aceitando a incumbência convidou a mim, Martinho Ferreira Borges, para secretariar os trabalhos. O senhor presidente declarou a importância desse momento para a comunidade picoense, pois a implantação de uma Fundação com as pretensões da que ora se cria trará benefícios inigualáveis para a cidade, pois através da mesma, a comunidade picoense será alcançada com os serviços educacionais e culturais de um canal de rádio educativa. Os presentes à reunião decidiram pela aprovação da idéia de criação da Fundação e, em seguida, promoveram a indicação das bases de elaboração do estatuto que regerá a Fundação que recebeu o nome FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL CATARINO VARJÃO que deverá funcionar em sede própria localizada na Avenida Deputada Francisca Trindade, S/N, bairro Morada do Sol. Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a Assembléia Geral de criação da Fundação que eu, Martinho Ferreira Borges, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada pelos presentes.

Picos (PI), 26 de julho de 2003.


- 10 - 7
- ~~Raimundo mandy de sou~~
~~Conceição Rodrigues da Costa~~
Edilberto Cardoso da Silva
José Eduardo da Silva
Seuizele Pereira de Sousa
Fábio João dos Santos
Luciano Pereira do Nascimento
João Paulo dos Santos
Elizete Pereira de Sousa
Luz Pereira de Sousa
Guiana Laranjeira Pereira da Silva
Maria Bernadete da Silva Lopes
Margarida Neulins de Fátima

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

14

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
		CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.285.405/0001-08	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/06/2004
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL CATARINO VARJAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ESPERANCA FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 92.21-5-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO			
LOGRADOURO AVENIDA DEPUTADA FRANCISCA TRINDADE		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO
CEP 64.600-000	BAIRRO/DISTRITO MORADA DO SOL	MUNICÍPIO PICOS	UF PI
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 02/06/2004	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002.

Emitido no dia 03/06/2004 às 14:16:46 (data e hora de Brasília).

Voltar



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE PICOS – ESTADO DO PIAUÍ

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS

Av. Getúlio Vargas, 549- Ed. Forum Telefax (086)-422-1242

CERTIDÃO

ALEX PORTELA SANTOS DE CARVALHO HOLANDA,
Tabelião do 1º Ofício, Escrivão do Civil, Órfãos Comercio e
mais anexos, Oficial do Protesto, Oficial do Registro de
Imóveis e Hipotecas da Zona Sul, da Comarca de Picos, Estado
do Piauí, por título vitalício, etc.

CERTIFICO

EM VIRTUDE DA FACULDADE QUE ME É DADA POR LEI E A REQUERIMENTO VERBAL DE PESSOA INTERESSADA QUE REVENDO O ARQUIVO DESTE CARTÓRIO, do mesmo consta, às Fls 17Vº/20Vº do Livro nº A-04 de REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS, Sob nº 241- Prot. nº 4.022, em 20 DE MAIO DE 2004, o(a) registro da(o) ESTATUTO, ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL CATARINO VARJÃO E ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, lavrada em notas deste Cartório, em 05 de maio de 2004, às fls. 101/103, do livro 190. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

PICOS(PI), 20 de maio de 2.004.

.....
OFICIAL DO REGISTRO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE PICOS – ESTADO DO PIAUÍ

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS

Av. Getúlio Vargas, 549- Ed. Forum Telefax (086)-422-1242

16

CERTIDÃO

ALEX PORTELA SANTOS DE CARVALHO HOLANDA,
Tabelião do 1º Ofício, Escrivão do Civil, Órfãos Comercio e
mais anexos, Oficial do Protesto, Oficial do Registro de
Imóveis e Hipotecas da Zona Sul, da Comarca de Picos, Estado
do Piauí, por título vitalício, etc.

CERTIFICO

EM VIRTUDE DA FACULDADE QUE ME É DADA POR LEI E A REQUERIMENTO VERBAL DE PESSOA INTERESSADA QUE REVENDO O ARQUIVO DESTE CARTÓRIO, do mesmo consta, às Fls 99 do Livro nº B-05 Protocolo nº 4.029 de REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, Sob nº 3.583, em 02 de junho de 2006, o(a) registro da(o) ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA DA FUNDAÇÃO EDUCATIVA CATARINO VARIÃO NO MUNICÍPIO DE PICOS-PI, realizada no dia 26 de julho de 2003, para eleição da diretoria, para o mandato de três(03) anos, a seguir descrita: Diretor Presidente: JOSE ULISSES DE SOUSA, Vice-presidente: RAIMUNDO MENDES DE SOUSA- Diretor Financeiro: LUIZETE PEREIRA DE SOUSA- Diretor Administrativo: MARTINHO FERREIRA BORGES- Conselho de Curadores: EDILBERTO CARDOSO SILVA, ELIESE ELEUTÉRIO DA SILVA e PAULIRAM RODREIGUES DA COSTA, o Conselho Consultivo, por posuir número ilimitado de memebros, será nomeado pelo Conselho de Curadores oportunamente, o Conselho Diretor é órgão composto pelo Diretor Presidente, vice Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Administrativo e Conelho de Programação: JOSE ULISSES DE SOUSA, IZAQUEU JOÃO DO NASCIMENTO E LUCIANO BARBOSA DO NASCIMENTO. O REFERIDO É VERDADE. DOU FÉ.

PICOS(PI), 02 de junho de 2004.

.....
OFICIAL DO REGISTRO

02
91
17

FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL CATARINO VARJÃO

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL CATARINO VARJÃO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FINS E PRINCÍPIOS

Art. 1º - A Fundação Educativa e Cultural Catarino Varjão, daqui por diante referida apenas como Fundação, é uma entidade jurídica de direito privado, com finalidade cultural e educacional, sem fins lucrativos, e registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 2º - A Fundação tem sede e foro na cidade de Picos – PI, na Avenida Deputada Francisca Trindade, S/N, bairro Morada do Sol, podendo criar escritórios em quaisquer partes do território nacional.

Art. 3º - O prazo de duração de suas atividades é indeterminado.

Art. 4º - A Fundação é regida por este estatuto e pela legislação em vigor, no que lhe for aplicável.

Art. 5º - A Fundação tem como finalidade:

- a) realizar e divulgar programas sociais de interesse das comunidades carentes da região, especialmente idosos, crianças, grupos de mães, deficientes físicos, população de baixa renda e outros;
- b) criar, manter e administrar atividades de programas de serviços culturais e educacionais, através de canais próprios de radiodifusão cultural e educativa, sem finalidades comerciais, tendo sempre como objetivo prioritário os interesses comunitários, especialmente aqueles elencados na alínea anterior;
- c) executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, atendendo os objetivos de implantação de serviços comunitários, informativos e de programas de interesse da comunidade;
- d) promover iniciativas e campanhas de cunho social-beneficente com colaboração de entidades de programação e assistência social;
- e) fundar e/ou manter e administrar entidades, obras de serviço cultural, centros de cultura, museus, bibliotecas e centros de lazer, incentivando a expansão da cultura, artes e educação;
- f) incentivar a fundação de creches, bem como cursos e escolas de todos os graus e, ainda, instituir e conceder bolsas de estudos-estágios;

- g) instituir cursos de formação profissional nas diversas áreas da radiodifusão, utilizando-se das instalações da fundação;
- h) patrocinar e divulgar eventos culturais, como exposições, festivais de artes, espetáculos teatrais, de dança, de música, de ópera, de circo e atividades congêneres, visando sempre à manutenção dos valores culturais da região;
- i) preservar o folclore e as tradições populares da região, bem como patrocinar os espetáculos folclóricos sem fins lucrativos;
- j) estabelecer contratos com emissoras de radiodifusão com o propósito de produzir programas culturais, informativos e educativos;
- k) imprimir revistas, livros e jornais para o apoio e divulgação de suas atividades;
- l) estimular e apoiar pesquisas, planos e projetos em todas as áreas do conhecimento e da cultura;
- m) prestar serviços a terceiros, sempre tendo em vista os objetivos e finalidade da fundação;
- n) produzir, vender e distribuir livros, cadernos, revistas, monografias, filmes, vídeos e áudio-cassetes, discos, cd's e teses que versem sobre a cultura, educação, desporto e ação comunitária.

Parágrafo 1º - Para a consecução de seus objetivos, a Fundação poderá associar-se, estabelecer parceria, intercâmbio, firmar contratos e convênios com outras fundações públicas ou privadas, bem como entidades governamentais ou particulares, tanto no Brasil como no exterior.

Parágrafo 2º - A Fundação poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados, em consonância com seus objetivos.

Parágrafo 3º - A Fundação poderá utilizar o nome de fantasia "**ESPERANÇA FM**", para emissora de radiodifusão sonora e de sons e imagens que opere no município de sua sede.

CAPÍTULO II

DOS COLABORADORES

Art. 6º - A Fundação terá as seguintes categorias de colaboradores:

- a) Participantes;
- b) Cooperadores.

Parágrafo 1º - São participantes as pessoas físicas ou jurídicas que venham a filiar-se à Fundação até seis meses após a outorga de concessão, permissão ou autorização para o uso do canal cultural e educativo, e que contribuam de uma só vez com a doação em espécie ou em bens, que não seja, entretanto, inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo 2º - São cooperadores as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os colaboradores-participantes que, a qualquer tempo, venham a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento e realização dos fins da Fundação, inclusive apoiando-a em termos materiais e/ou financeiros, de forma contínua.

07
A
39

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DO ATIVO

Art. 7º - O patrimônio e o ativo da Fundação serão constituídos:

- a) pelas doações, auxílios e subvenções que venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estado ou Município e quaisquer outras pessoas jurídicas, entidades públicas ou particulares do país ou do exterior;
- b) pelos bens de direito que forem doados por outras pessoas físicas, jurídicas, entidades públicas que desejam colaborar com a Fundação para atingir os seus objetivos;
- c) pelos bens móveis ou imóveis que venham a ser adquiridos com doação, compra, cessão, legados ou qualquer outro modo;
- d) pelas rendas e juros resultantes de depósitos bancários;
- e) pelas rendas de suas atividades de radiodifusão (Departamento de Radiodifusão), de edições, direitos autorais de eventuais serviços de impressão (Departamento Editorial) e pela prestação de serviços ou fornecimento de bens (Departamento de Serviços Gerais) e outras rendas eventuais.
- f) pelos saldos de exercícios anteriores transferidos para conta patrimonial;
- g) pela verba inicial de R\$ 50.834,24 (cinquenta mil, oitocentos e trinta e quatro reais, vinte e quatro centavos) em moeda corrente nacional, doados à instituição;
- h) pelas contribuições que vierem a ser feitas pelos participantes e colaboradores.

Art. 8º - Os bens de propriedade da Fundação serão utilizados e aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados ou agravados sem aprovação do Conselho de Curadores.

Art. 9º - Em caso da extinção da Fundação, os bens e direitos gravados de inalienabilidade serão destinados a uma entidade congênere.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA DA FUNDAÇÃO

Art. 10º - A Fundação possui os seguintes órgãos:

- a) Conselho de Curadores;
- b) Conselho Consultivo
- c) Conselho Diretor;
- d) Conselho de Programação.

Parágrafo 1º - Os membros dos Conselhos Curador e Diretor deverão ser brasileiros, natos, não participar de direção de outras concessionárias de serviço de radiodifusão, do mesmo tipo que o da Fundação, na localidade de outorga, bem como não deverão gozar de imunidade parlamentar ou foro especial.

Parágrafo 2º - A substituição nos cargos dos Conselhos Curador e Diretor somente poderá ocorrer depois da aprovação dos nomes dos substitutos pelo Ministério das Comunicações, caso a Fundação seja detentora de ato de outorga de radiodifusão.

Art. 11 - O Conselho de Curadores é o órgão consultivo e deliberativo, em tudo o que se refere à política de ação e de estrutura de Fundação, na forma deste Estatuto.

Art. 12 - O Conselho de Curadores da Fundação é constituído por três membros da mesma, participantes da Escritura Pública de sua instituição e por outros que venham a ser admitidos ou nomeados pelo presidente da Fundação, até o máximo de cinco.

Art. 13 - Compete ao Conselho de Curadores:

- a) zelar pela boa administração da Fundação, pela conservação e crescimento do seu patrimônio, bem como pelo fiel cumprimento deste estatuto;
- b) deliberar sobre aquisição, alienações e instituições de ônus reais sobre bens móveis e imóveis, preenchidas em juízo as formalidades legais;
- c) aprovar o balanço e as contas da Fundação, anualmente;
- d) aprovar e fiscalizar a execução dos planos orçamentários de cada exercício;
- e) deliberar sobre normas e quadro de pessoal da Fundação, fiscalizando sua execução;
- f) aprovar e fiscalizar a execução dos planos de expansão da Fundação, inclusive admissão de novos conselhos;
- g) pugnar pela manutenção da unidade da Fundação e dos princípios que norteiam sua constituição, com a renúncia, quando necessária, de pontos de vista pessoais, em prol da Fundação;
- h) eleger o presidente do Conselho de Curadores;
- i) nomear os membros do Conselho Diretor;
- j) nomear os membros do Conselho Consultivo;
- k) exercer quaisquer outras atribuições decorrentes da lei, deste Estatuto e do Regimento Interno em matéria de sua competência;
- l) aprovar o Regimento Interno da Fundação.

Art. 14 - São atribuições do Presidente do Conselho de Curadores:

- a) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curadores;
- b) baixar portarias, resoluções e os atos próprios que julgar necessários, previamente aprovados pelo Conselho de Curadores;
- c) usufruir sempre do voto de desempate nas votações que resultares em empate.

Art. 15 - O Conselho Consultivo é o órgão assessor do Conselho de Curadores e terá um número ilimitado de membros nomeados pelo Conselho Curador.

Parágrafo único- O Conselho Consultivo reunir-se-á quando convocado pelo presidente do Conselho de Curadores.

11
21

Art. 16 - O Conselho Diretor, órgão executivo e administrativo da Fundação, é formado por três membros que serão nomeados pelo Conselho de Curadores para mandato de três anos, permitida a reeleição por mais uma vez.

Parágrafo único- Vagando-se algum cargo, que não o de Diretor-Presidente, será o mesmo preenchido por escolha do Conselho Diretor para cumprir o restante do mandato que competiria ao substituto.

Art. 17 - O Conselho Diretor é composto dos seguintes cargos:

- a) Diretor Presidente;
- b) Diretor Vice-Presidente;
- c) Diretor Administrativo e Financeiro.

Parágrafo 1º - O Diretor Presidente do Conselho Diretor é também o Presidente da Fundação.

Parágrafo 2º - Compete ao Conselho Diretor indicar o Conselho de Curadores o nome das pessoas sugeridas para preenchimento dos cargos de seus integrantes.

Art. 18 - O Conselho Diretor reunir-se-á sempre que convocado pelo Diretor Presidente e suas deliberações serão tomadas em reunião por maioria simples de voto.

Parágrafo único - Cabe ao Diretor Presidente, além de seu voto como integrante do Conselho Diretor, proferir voto de desempate.

Art. 19 - Compete ao Conselho Diretor:

- a) administrar e superintender os trabalhos e bens da Fundação;
- b) apresentar anualmente ao Conselho Curador o balanço geral, o balanço patrimonial, o relatório e as contas da diretoria para a necessária apreciação;
- c) propor ao Conselho de Curadores a outorga de títulos e benemérito a pessoas físicas ou jurídicas deles merecedoras, por serviços relevantes prestados à Fundação;
- d) criar ou instalar serviços ou entidades para a realização ou desenvolvimento das atividades da Fundação;
- e) elaborar os regimentos dos departamentos da Fundação e das entidades por ela criadas e mantidas;
- f) autorizar contratos, ajustes ou convênios;
- g) alienar ou constituir ônus sobre os bens da Fundação, mediante autorização do Conselho de Curadores;
- h) decidir sobre a aquisição de bens móveis e imóveis necessários à realização dos fins da Fundação mediante autorização do Conselho de Curadores e audiência do Ministério Público, no caso de aquisição onerosa de Diretores e de imóveis;
- i) autorizar a contratação de empréstimos e outras operações financeiras em que a Fundação tenha interesse;
- j) cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas pelos órgãos da Fundação;
- k) outorgar título de Colaborador, Participante e Cooperador;

- l) outorgar procuração para fins específicos desde que os procuradores sejam previamente aprovados pelo Ministério das Comunicações.

Art. 20 - Ao Diretor Presidente compete:

- a) representar a Fundação em juízo ou fora dele;
- b) convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor;
- c) supervisionar os trabalhos da Fundação e zelar pelo cumprimento de suas finalidades;
- d) assinar os contratos, ajustes ou convênios do interesse da Fundação;
- e) praticar os atos necessários à administração da Fundação, organizar seus serviços e departamentos, criar unidades administrativas e admitir empregados;
- f) atender às solicitações e determinações dos órgãos públicos encarregados de setores ligados às atividades da Fundação;
- g) movimentar contas bancárias com o Diretor Administrativo e Financeiro, em conjunto ou separadamente;
- h) nomear ou designar os dirigentes de departamento, serviços ou entidades mantidas pela Fundação, inclusive os integrantes do Conselho de Programação.

Art. 21 - Ao Diretor Vice-Presidente compete:

- a) substituir o Presidente em todas as funções quando convocado em virtude de impedimento do Presidente;
- b) colaborar com o Diretor Presidente em funções que lhe forem designadas.

Art. 22 - Ao Diretor Administrativo e Financeiro compete:

- a) dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da Fundação;
- b) organizar as reuniões do Conselho Diretor;
- c) efetuar as comunicações da Fundação com os seus organizadores e com os terceiros;
- d) ter sob sua guarda os livros, atas e pareceres da Fundação;
- e) gerir as atividades administrativas da Fundação, assim como as relativas a recursos humanos;
- f) dirigir e supervisionar todos os serviços da tesouraria;
- g) organizar e manter a escrituração do movimento econômico e financeiro da Fundação;
- h) elaborar a minuta antes de sua remessa ao Conselho de Curadores;
- i) movimentar contas bancárias com o Presidente, em conjunto ou separadamente;
- j) ter sob sua guarda todos os livros e documentos relativos à tesouraria;
- k) controlar e supervisionar a aquisição de materiais de qualquer natureza;

- l) zelar pelo patrimônio mobiliário e imobiliário da Fundação.

Art. 23 - O Conselho de Programação é o órgão encarregado de estabelecer as diretrizes gerais da programação a ser veiculada por emissora da Fundação.

Art. 24 - O Conselho de Programação será constituído pelos seguintes membros:

- a) Presidente da Fundação;
- b) Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação;
- c) Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) Representação da Associação Pró-Cultura do Município;
- e) Representante dos estabelecimentos de ensino da região;
- f) Representante da comunidade, indicada por clube de serviço;
- g) Representante de classe indicada por sindicato ou associação da categoria;
- h) Representante da Fundação Roquette Pinto, caso esta entidade indique.

Parágrafo único- Caso a Fundação Roquette Pinto não indique representante, caberá ao Presidente da Fundação indicar o membro que preencherá a vaga, até que se faça a indicação.

Art. 25 - Compete ao Conselho de Programação examinar, avaliar e aprovar a programação elaborada pelo setor encarregado da produção, assim como analisar e aprovar a programação de outros centros de produção para veiculação, reunindo-se a cada noventa dias.

Parágrafo único – A programação da emissora procurará preservar a cultura local e atender aos interesses comunitários.

CAPÍTULO V

DOS COLABORADORES

Art. 26 - Por Departamento entende-se a unidade administrativa com atividade específica, realizada na sede da Fundação, ou em outro lugar determinado pelo Presidente, sob a direção de um coordenador de departamento nomeado pelo Presidente da Fundação.

Parágrafo único – A Fundação poderá ter tantos departamentos quantos julgados necessários.

Art. 27 - As atividades de radiodifusão serão dirigidas por um Departamento de Radiodifusão.

Parágrafo único – A cada concessão, permissão ou autorização poderá corresponder um Departamento de Radiodifusão.

Art. 28 - As edições, assuntos de direitos autorais e serviços de impressão serão dirigidos por um Departamento Editorial.

Art. 29 - A prestação de serviços externos e a manutenção e controle dos bens e patrimônio da Fundação serão feitas por um Departamento de Serviços Gerais, o qual cuidará de todas as atividades que possam contribuir para a garantia da receita necessária à consecução dos objetivos da Fundação.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

Art. 30 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 31 - Até trinta de novembro de cada ano o Conselho Diretor apresentará ao Conselho de Curadores a proposta orçamentária para o ano seguinte, na qual serão especificadas as despesas de capital e de operação.

Parágrafo 1º - A proposta orçamentária será consubstanciada com indicação dos planos de trabalho correspondentes.

Parágrafo 2º - O Conselho de Curadores terá o prazo de trinta dias para aprovar a proposta orçamentária, não podendo majorar despesas.

Parágrafo 3º - Aprovado o orçamento ou transcorrido o prazo fixado no parágrafo anterior, sem decisão do Conselho, fica o Presidente da Fundação autorizado a executar o orçamento proposto.

Art. 32 - Os resultados do exercício serão lançados no Fundo Patrimonial, ou em fundos especiais, de acordo com o parecer do Conselho de Curadores.

Art. 33 - A prestação anual de contas será feita pelo Conselho Diretor, até o último dia de fevereiro do ano seguinte, e conterà, no mínimo, os seguintes lançamentos:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração do resultado do exercício;
- c) quadro comparativo entre receitas e despesas realizadas e as estimadas;
- d) relatório das atividades do exercício.

Art. 34 - Depois de aprovado pelo Conselho de Curadores, o relatório das atividades, prestação de contas e balanço geral serão submetidos ao Ministério Público, para os devidos fins, até trinta e um de março de cada ano.

CAPÍTULO VII

DA EXTINÇÃO

Art. 35 - No caso de ser verificada a impossibilidade ou inconveniência, a Fundação será extinta por iniciativa do Conselho de Curadores em conjunto com o Conselho Diretor e comunicação ao Ministério Público.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 36 - É vedado aos administradores conceder aval ou fiança em nome da Fundação, fora dos casos de estrito interesse da entidade.

Art. 37 - Os bens da Fundação somente poderão ser utilizados na realização dos objetivos previstos no estatuto.

Parágrafo único - Os integrantes dos Conselhos não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais oriundas das atividades exclusivas da Fundação.

Art. 38 - A Fundação poderá fazer-se representar em juízo ou fora dele, por procurador, cujos poderes constarão dos respectivos mandatos e que, em sendo o caso, terá seu nome submetido à aprovação do Ministério das Comunicações.

Art. 39 - A Fundação não distribuirá lucros, bonificações ou vantagens aos componentes dos seus órgãos estatutários.

Art. 40 - Os empregados da Fundação serão contratados no regime da legislação trabalhista (CLT).

Art. 41 - A Fundação é obrigada a submeter ao Ministério Público, no prazo de quinze dias, quaisquer alterações do seu estatuto, que só entrarão em vigor após aprovação do mesmo, pelo Ministério das Comunicações e pelo órgão federal próprio para assunto de tecnologia, a Fundação Roquette Pinto.

Art. 42 - Para se alterar o presente estatuto é necessário:

- a) que haja deliberação por maioria absoluta dos integrantes do Conselho de Curadores e do Conselho Diretor em reunião conjunta.
- b) que não se contrarie os fins da Fundação;
- c) que haja prévia aprovação do Ministério Público e dos competentes órgãos do Ministério das Comunicações, no caso da Fundação ser concessionária ou permissionária de canal de radiodifusão;
- d) que seja formalizada por escritura pública.

Art. 43 - Os instituidores designarão os integrantes do Conselho Curador e Conselho Diretor da Fundação que deverão funcionar durante os três primeiros anos de existência da entidade.

Art. 44 - A Fundação se obriga a:

- a) participar do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED;
- b) manter seu acervo de programação à disposição da Fundação Roquette Pinto ou outra instituída pelo Ministério das Comunicações para veiculação em emissoras educativas.
- c) não alterar sua programação sem entendimento prévio com a Fundação Roquette Pinto ou outra com funções equivalentes a essa ligada ao Ministério das Comunicações;
- d) manter 20% (vinte por cento) do tempo disponível de operação da emissora para veicular programas fornecidos, produzidos ou orientados pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura);
- e) seguir a orientação da Fundação Roquette Pinto ou outra com funções equivalentes a essa no que se relacionar à programação educativo-cultural.

Art. 45 - Ao órgão competente do Ministério Público, através do Curador das Fundações, é assegurado assistir as reuniões dos órgãos dirigentes da Fundação, com direito de discutir as matérias em pauta. Compete ainda, à Curadoria das Fundações, determinar inspeção, auditorias na Fundação acima mencionada, por empresas independentes e que os honorários de prestação de tais serviços correrão por conta da Fundação inspecionada ou auditada, independentemente de autorização ou ordem judicial.

Art. 46 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Fundação em conjunto com o Presidente do Conselho de Curadores.

Art. 47 - O presente estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca.

Picos (PI), 24 de novembro de 2003.


Cristiane Feltosa Pinheiro
OAB-PI 3788-03
ADVOGADA



Assembleia Legislativa

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA	FLS Nº
ANEXOS	NÚMERO

**DIRETORIA LEGISLATIVA
JUNTA DA**

Publicação de matéria

de 25 laudas.

Em 05/05/05

Funcionário

DIV. DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se à Redação

de Atas

Em 05/05/05

Maria Pádua Sampaio

Conceição de Maria Pádua Sampaio

Chefe da Div. de Apoio Legislativo

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se à Diretoria

Em 16/maio/2005

Conceição de Maria Leite Galvão

Chefe do Núcleo Redação de Atas

Assembleia Legislativa

Encaminhe-se à Diretoria

Em 28/junho/2005

Conceição de Maria Leite Galvão

Chefe do Núcleo Redação de Atas

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a Comissões

Técnicas

Ata

Ata

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se a Autógrafos

Ata

Ata

PROVIDENCIADO

Em 01/07/05

Ata

Chefe da Seção de Autógrafos

AL-DIRETORIA LEGISLATIVA

Nos termos regimentais

Encaminha-se à Sec. Geral

da Mesa

Ata

Ata



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 16/05/05

Elisângela
Conceição de Maria Lopes Rocha
Chefe do Núcleo Comissão de Justiça

Ao Deputado João de Deus

para relatar.

Em 17/05/05

João de Deus
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça

Estado do Piauí
Assembléia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Processo AL nº 916/05 - Projeto de Lei – AL nº 037/05, “*reconhece de utilidade pública a Fundação Educativa e Cultural Varjão*”.

Regime de Tramitação: Ordinário

Autor: Deputado Homero Castelo Branco (PFL)

Relator: Deputado João de Deus (PT)

PARECER CCJ Nº /05

I - Relatório

Em cumprimento às previsões definidas nos arts. 34, I, "a", 141, I a III, e 144, III, do Regimento da Assembléia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Processo AL nº 916/05 - Projeto de Lei – AL nº 037/05, que “*reconhece de utilidade pública a Fundação Educativa e Cultural Varjão*”, de autoria do Deputado Homero Castelo Branco (PFL), havendo o Presidente da Comissão designado o Deputado João de Deus (PT) para funcionar na Relatoria.

O referido Projeto de Lei satisfaz plenamente às exigências formais fixadas nos regramentos constitucional e infraconstitucional e está instruído com os documentos exigidos legalmente para a sua apreciação, não existindo impedimento de ordem constitucional,

O referido Projeto de Lei está instruído com os documentos exigidos legalmente para sua apreciação, sobretudo o disposto na Lei nº 5.447, de 24 de maio de 2005. Não existindo, portanto, qualquer impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental à sua tramitação.

Eis o Relatório.

II - Voto do Relator

Após análise circunstanciada do Projeto de Lei submetido à apreciação desta Comissão Permanente, o deputado designado para funcionar na relatoria **vota favoravelmente**, em decorrência da constitucionalidade e legalidade.

III - Parecer da Comissão

A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

() pelo acatamento do Voto do Relator, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

Estado do Piauí
Assembleia Legislativa
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

() pela rejeição do Voto do Relator, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, Teresina (PI), 17 de junho de 2005.


Deputado João de Deus
Relator

MEMBROS TITULARES	VOTO FAVORÁVEL AO DO RELATOR	VOTO CONTRÁRIO AO DO RELATOR
-------------------	---------------------------------	---------------------------------

Dep. Leal Júnior – Presidente	()	()
-------------------------------	-----	-----

Dep. João Madison - Vice-Presidente	()	()
-------------------------------------	-----	-----

Dep. Luciano Nunes	()	()
--------------------	-----	-----

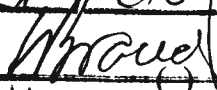
Dep. Wilson Brandão	()	()
---------------------	-----	-----

Dep. Irmão Elias	()	()
------------------	-----	-----

Dep. Hélio Isaías	()	()
-------------------	-----	-----

MEMBROS SUPLENTES

	()	()
	()	()
	()	()
	()	()
	()	()
	()	()

APROVADO A UNANIMIDADE	
em, <u>21/06/05</u>	
	
Presidente da Comissão de	
<u>Justiça</u>	



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

LEI N.º DE DE DE 2005

*Reconhece de utilidade pública a
Fundação Educativa e Cultural "Catarino
Varjão" – Picos – PI.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ.

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

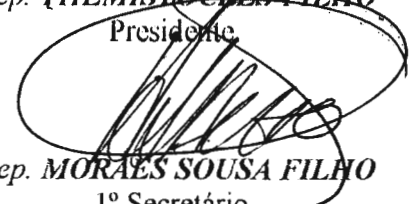
Art. 1º. Fica reconhecida de utilidade pública a *Fundação Educativa e Cultural "Catarino Varjão"*, com sede e foro na cidade de Picos – PI.

Art. 2º. Ficam assegurados os direitos e vantagens da Legislação vigente à entidade de que trata o artigo anterior.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina. (PI), 01 de julho de 2005.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente


Dep. **MORAES SOUSA FILHO**
1º Secretário


Dep. **FLÁVIO NOGUEIRA**
2º Secretário



ESTADO DO PIAUÍ
Assembléia Legislativa

AL-P-(SGM) Nº 195

Teresina(PI), 04 de julho de 2005.

Senhor Governador,

Tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência para encaminhar-lhe, devidamente aprovado pelo Poder Legislativo, o anexo Projeto de Lei de autoria do *Dep. Homero Castelo Branco* que:

“Reconhece de utilidade pública a Fundação Educativa e Cultural Catarino Varjão – Picos – PI.”

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de especial consideração e elevado apreço.


Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**
Presidente

Excelentíssimo Senhor
OSMAR RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR
Digníssimo Governador do Estado do Piauí, em exercício
Palácio de Karnak
NESTA CAPITAL

AK-9/6/05